



Número: **7001123-40.2024.8.22.0015**

Classe: **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**

Órgão julgador: **Guajará-Mirim - 1ª Vara Criminal**

Última distribuição : **13/03/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **7001501-64.2022.8.22.0015**

Assuntos: **Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins, Crimes de &quot;Lavagem&quot; ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores, Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa**

Juízo 100% Digital? **NÃO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA (REQUERENTE)	
MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA (REQUERENTE)	
GEBSON MELGAR CARDOSO (REQUERIDO)	
GLEYSON JULIANO LIMA SAMPAIO (REQUERIDO)	
RICARDO DE FREITAS VILLAR (REQUERIDO)	
CINTHYA DE MELO SOARES (REQUERIDO)	
MARIA EDUARDA DE MELO SOARES (REQUERIDO)	
JACINETH DA COSTA FREITAS LIMA (REQUERIDO)	
PAMELA GOMES DE ABREU (REQUERIDO)	
DEONIZIA KIRATCH (LEILOEIRA) registrado(a) civilmente como DEONIZIA KIRATCH (REQUERENTE)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13370 4940	18/03/2026 18:28	<a href="#">EDITAL 7001123-40.2024.8.22.0015</a>	DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

**EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO**

O Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

**FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do Novo CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, que a Leiloeira nomeada, Deonizia Kiratch, matriculado no JUCER sob n.º 21/2017, através da plataforma eletrônica [www.deonizialeiloes.com.br](http://www.deonizialeiloes.com.br), devidamente homologado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:**

**PROCESSO Nº. 7001123-40.2024.8.22.0015 - ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**

**EXEQUENTE:** MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA (CNPJ: 04.381.083/0001-67), POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RONDÔNIA  
**EXECUTADOS:** CINTHYA DE MELO SOARES (CPF: 000.386.502-90), GEBSON MELGAR CARDOSO (CPF: 657.013.722-00), GLEYSON JULIANO LIMA SAMPAIO (CPF: 521.347.332-68), JACINETH DA COSTA FREITAS LIMA (CPF: 162.727.302-68), MARIA EDUARDA DE MELO SOARES (CPF: 043.244.642-78), PAMELA GOMES DE ABREU (CPF: 381.293.208-35), RICARDO DE FREITAS VILLAR (CPF: 996.508.002-04)

**DATAS:** 1º Leilão no dia 15 de junho de 2026, com encerramento às 09h00min. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site da Leiloeira, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do 2º Leilão, que terá início no dia 15 de junho de 2026, com encerramento às 11h00min, para recebimento de lances pela



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

melhor oferta, **exceto preço vil, não inferior a 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação**, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais, serão acrescidos 03 minutos para o término do leilão.

**LOCAL:** O leilão será realizado na modalidade ELETRÔNICA através do site [www.deonizialeiloes.com.br](http://www.deonizialeiloes.com.br).

**REPASSE:** Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasso”, por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasso) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

\*\*\*Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

**DO BEM:**

**DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): 01** 01 (um) Veículo, marca Hyndai, modelo HB20S 1.6A PREM, ano de fabricação e modelo 2014/2014, cor cinza, placa NCQ-3C36, Chassi 9BHBH41DBEP266247, Renavam 01012458943. **Obs.:** Trata-se de veículo em ruim estado de conservação. Pintura riscada e desbotada. Vidro traseiro quebrado. Parte interna suja, com manchas no estofado e painel. Não foi possível certificar o seu devido funcionamento, assim como de sua parte mecânica e elétrica.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 23.750,00 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta reais), em 12 de agosto de 2025.

**LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO:** R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

**02)** 01 (uma) Motocicleta, marca Honda, modelo Biz 125, ano de fabricação e modelo 2019/2019, cor branca, placa NEF-3292, Chassi 9C2JC4830KR407878, Renavam 01199138999. **Obs.:** Trata-se de motocicleta em regular estado de conservação. Pintura com alguns riscos e manchas. Não foi possível certificar o seu



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

devido funcionamento, assim como de sua parte mecânica e elétrica.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em 12 de agosto de 2025.

**LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO:** R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

**03)** 01 (um) Veículo, marca Fiat, modelo Uno Drive 1.0, ano de fabricação e modelo 2017/2018, cor branca, placa NEG-1553, Chassi 9BD195B4NJ0817694, Renavam 01131788408. **Obs.:** Trata-se de veículo em regular estado de conservação. Pintura riscada e desbotada. Estofamento interno danificado. Não foi possível certificar o seu devido funcionamento, assim como de sua parte mecânica e elétrica., avaliado em

**AVALIAÇÃO:** R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), em 12 de agosto de 2025.

**LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO:** R\$ 15.520,00 (quinze mil, quinhentos e vinte reais).

**04)** 01 (um) Barco, marca Deka Náutica, ano de construção 2013, com inscrição Melgar, número de inscrição 004M2016000226, com motor Yamaha 40HP. **Obs.:** Trata-se de conjunto de embarcação com motor de 40HP Yamaha em ruim estado de conservação e, carreta em péssimo estado de conservação. Pintura riscada e desbotada. Casco com fundo danificado, carreta toda enferrujada e motor aparentando diversos riscos. Não foi possível certificar o seu devido funcionamento, assim como de sua parte mecânica e elétrica., avaliado em

**AVALIAÇÃO:** R\$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais), em 12 de agosto de 2025.

**LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO:** R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

**AVALIAÇÃO TOTAL:** R\$ 62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais), em 12



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

de agosto de 2025.

**LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO:** R\$ 50.320,00 (cinquenta mil, trezentos e vinte reais).

**DEPOSITÁRIO(A): Itens 01 ao 04)** Não informado.

**ÔNUS: Item 01)** Débitos no Detran/RO no valor de R\$ 1.065,11 (um mil, sessenta e cinco reais e onze centavos), em 20 de novembro de 2025; Outros eventuais constantes no Detran/RO; **Item 02)** Benefício Tributário; Débitos no Detran/RO no valor de R\$ 993,63 (novecentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos), em 20 de novembro de 2025; Outros eventuais constantes no Detran/RO; **Item 03)** Débitos no Detran/RO no valor de R\$ 733,90 (setecentos e trinta e três reais e noventa centavos), em 20 de novembro de 2025; Outros eventuais constantes no Detran/RO; **Item 04)** Nada consta.

**BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS:** Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.

**OBS.:** O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

do veículo, devem ser informados ao Leiloeiro(a), ou sua equipe, para o devido peticionamento nos autos.

**DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site [www.deonizialeiloes.com.br](http://www.deonizialeiloes.com.br). Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

**VENDA DIRETA:** Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

**LEILOEIRA:** O Leilão estará a cargo da Leiloeira Oficial ora nomeada, **DEONIZIA**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

**KIRATCH**, JUCER sob n.º 21/2017, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais (leiloesjudiciais.com.br).

**COMO PARTICIPAR DO LEILÃO/VENDA:** Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site [www.deonizialeiloes.com.br](http://www.deonizialeiloes.com.br), devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site da Leiloeira Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do Leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pela Leiloeira Oficial para ajuste de propostas, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Fica a Leiloeira autorizada a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio da Leiloeira [www.deonizialeiloes.com.br](http://www.deonizialeiloes.com.br), e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, [www.publicjud.com.br](http://www.publicjud.com.br), em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

**PAGAMENTO DE FORMA À VISTA:** A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pela Leiloeira), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

**PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA:** Em caso de imóveis com valor de avaliação igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

**Caução:** Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação;

**OBS.:** Sobre direito de preferência: Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.

**ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA:** No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro(a), voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.

**ARREMATÇÃO PELO CREDOR:** Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida à Leiloeira.

**PAGAMENTO DA COMISSÃO DA LEILOEIRA:** A comissão devida à Leiloeira será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão da Leiloeira será a esta Leiloeira devida.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, a Leiloeira Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento à Leiloeira até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor da Leiloeira a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, a Leiloeira cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

**CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:**

**I** - Caso haja adjudicação, será devido à Leiloeira, o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante.

**II** - Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido à Leiloeira Oficial o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo.

**III** - Havendo acordo ou pagamento da dívida, após a realização do leilão e arrematação será devido à Leiloeira Oficial o importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pela parte executada.

Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada.

Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

**LANCES:** Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasso”,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repass) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação do seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão da Leiloeira em até 24 horas, a Leiloeira comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

**VISITAÇÃO:** É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado à Leiloeira a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores da Leiloeira, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal da Leiloeira, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

**DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS:** Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento da Leiloeira, telefone 0800-707-9339, Chat no site da Leiloeira e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, através do link “Fale Conosco” ou diretamente pelo endereço atendimento@leiloesjudiciais.com.br.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

**ARREMATACÃO:** Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pela Leiloeira Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação da Leiloeira Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

**INTIMAÇÃO:** Ficam desde logo intimados os executados **CINTHYA DE MELO SOARES (CPF: 000.386.502-90)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, **GEBSON MELGAR CARDOSO (CPF: 657.013.722-00)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, **GLEYSON JULIANO LIMA SAMPAIO (CPF: 521.347.332-68)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, **JACINETH DA COSTA FREITAS LIMA (CPF: 162.727.302-68)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, **MARIA EDUARDA DE MELO SOARES (CPF:**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**Avenida XV de Novembro, nº. 1981, Serraria, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000**

**043.244.642-78)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, **PAMELA GOMES DE ABREU (CPF: 381.293.208-35)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, **RICARDO DE FREITAS VILLAR (CPF: 996.508.002-04)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guajará-Mirim Estado de Rondônia.

Guajará-Mirim/RO, 16 de março de 2026.

**RENAN KIRIHATA**  
**JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO**

